vinetur

Regiões vitivinícolas do centro de Itália reduzem os rendimentos de 2026 para travar a acumulação de stocks nas adegas

Marche e Abruzzo impuseram limites mais baixos para Verdicchio e Montepulciano, após os stocks de vinho em Itália subirem 7,2%, para 47,7 milhões de hectolitros

quinta-feira, 12 de novembro de 2026



As autoridades vitivinícolas das regiões italianas de Marche e Abruzzo estão a reduzir a quantidade de vinho que pode ser comercializada a partir da colheita de 2026, enquanto os produtores procuram responder ao aumento dos stocks nas adegas e ao desequilíbrio crescente entre a oferta e a procura.

As medidas abrangem algumas das denominações mais conhecidas do centro de Itália, incluindo Verdicchio dei Castelli di Jesi DOC, em Marche, e Montepulciano d'Abruzzo DOC, em Abruzzo. Em ambos os casos, os consórcios e as autoridades regionais estão a recorrer a limites de rendimento mais baixos e a restrições temporárias de armazenagem para retirar parte da colheita do mercado e reduzir a pressão sobre os preços.

As medidas surgem numa altura em que os stocks de vinho em Itália continuam elevados. Segundo o mais recente relatório Cantina Italia, publicado pelo ICQRF, as adegas italianas tinham 47,7 milhões de hectolitros de vinho a 31 de outubro, mais 7,2% do que na mesma data do ano anterior. A situação intensificou o debate no setor sobre como planear as colheitas quando a disponibilidade de vinho cresce mais depressa do que a capacidade de absorção do mercado.

Em Marche, o Istituto Marchigiano Tutela Vini pediu ao governo regional que prolongue os limites de produção para Verdicchio dei Castelli di Jesi DOC, uma das principais denominações da região. O pedido prevê manter o limite em 110 quintais de uvas por hectare, abaixo dos 140 quintais permitidos pelas regras normais da denominação. Isto representa uma redução de cerca de 21% no rendimento máximo que pode ser declarado para a DOC.

A proposta inclui também um bloqueio temporário, até 30 de junho de 2027, de até 21 quintais por hectare de uvas produzidas acima do limite reduzido. O objetivo é conter os volumes de vinho que permanecem nas adegas após a colheita particularmente abundante de 2025 e limitar o risco de o excesso de oferta exercer ainda mais pressão em baixa sobre os preços.

Verdicchio dei Castelli di Jesi abrange cerca de 1.900 hectares em 25 municípios e produz aproximadamente 90.000 hectolitros de vinho engarrafado por ano. Apesar das preocupações com os stocks, a denominação tem demonstrado alguma resiliência

comercial. Segundo os dados citados pelo instituto, os volumes engarrafados aumentaram 2,7% no primeiro semestre de 2026, enquanto as vendas através da distribuição nacional registaram apenas uma ligeira queda.

Alberto Mazzoni, diretor do instituto, afirmou que o trabalho a desenvolver assenta em duas frentes: a gestão dos volumes e o apoio à promoção. O instituto indicou que os vinhos de Marche precisam de uma campanha promocional contínua, com uma duração mínima de quatro anos.

Em Abruzzo, as medidas para a colheita de 2026 já foram aprovadas pelo governo regional, na sequência de uma proposta do Consorzio Tutela Vini d'Abruzzo. Para Montepulciano d'Abruzzo DOC, o rendimento máximo que pode ser atribuído à denominação foi reduzido de 150 para 135 quintais por hectare.

Neste regime, podem ser utilizados livremente 110 quintais por hectare, enquanto os 25 quintais restantes constituem uma reserva de colheita que não pode ser comercializada antes de 30 de junho de 2028. O mecanismo permite às autoridades reter parte da produção sob controlo administrativo, reduzindo ao mesmo tempo a quantidade imediatamente disponível para venda.

Aplicam-se também restrições específicas a Pecorino IGT Terre d'Abruzzo, também conhecida como Terre Abruzzesi. Para a campanha de 2026, o rendimento máximo que pode ser declarado está fixado em 140 quintais por hectare. A produção acima desse limite, entre 140,01 e 220 quintais por hectare, tem de ser colocada em armazenagem até 30 de setembro de 2027, salvo se a medida for prolongada.

Estas decisões foram tomadas num contexto de stocks já avultados. Segundo dados divulgados pelo consórcio, a 31 de maio as adegas tinham mais de 1,08 milhões de hectolitros de Montepulciano d'Abruzzo DOC e cerca de 240.000 hectolitros de diferentes tipos de Pecorino. O presidente do consórcio, Alessandro Nicodemi, afirmou que o objetivo é proteger o equilíbrio entre a oferta e a procura e evitar um excesso de disponibilidade que possa prejudicar os preços e a rentabilidade das empresas vitivinícolas.

As medidas adotadas em Marche e Abruzzo intervêm em diferentes pontos da cadeia de produção. A redução do rendimento que pode ser declarado ao abrigo de uma denominação limita a quantidade de uvas que pode ser comercializada com esse nome. Já o bloqueio administrativo e as reservas de colheita não eliminam a produção, mas adiam a entrada de parte dela no mercado. Isto dá aos produtores e aos reguladores maior flexibilidade caso a procura melhore, mas também imobiliza stocks e exige mais planeamento quanto ao espaço de armazenagem e ao momento das vendas.

Para o setor das bebidas, as implicações vão além das regras aplicáveis às vinhas. Limites de rendimento mais baixos e reservas obrigatórias podem reduzir o volume de vinho disponível para venda a curto prazo, aumentando simultaneamente as necessidades de armazenagem e podendo afetar o fluxo de caixa das adegas. Se as restrições ajudarem a sustentar os preços, alguns viticultores e produtores poderão proteger as margens. Mas, se a procura continuar fraca, o benefício poderá ser limitado e o custo de manter os stocks poderá continuar a pesar na rentabilidade.

O debate não se limita a Marche e Abruzzo. Na região toscana de Maremma, responsáveis do consórcio local defenderam uma abordagem diferente, centrada em alterações estruturais, em vez de novos cortes nos limites formais de rendimento. Segundo o consórcio, a produção efetiva das vinhas em Maremma fica muitas vezes abaixo dos máximos permitidos pelas regras das denominações, pelo que uma nova redução desses limites poderá ter apenas um efeito modesto na produção real.

A proposta consiste antes em intervir no potencial vitícola, incluindo a revisão das autorizações para novas plantações e a possibilidade de arrancar vinhas de forma seletiva em zonas menos adequadas. Esta posição acrescenta outra dimensão ao debate mais amplo no setor vitivinícola italiano: será suficiente gerir os stocks a curto prazo ou serão necessárias mudanças mais profundas para adaptar a produção à evolução da procura?

Um dos fatores em discussão é a mudança das preferências dos consumidores. O consórcio de Maremma tem apontado para uma procura crescente de vinhos brancos em detrimento dos tintos, uma tendência que poderá levar algumas regiões a

reconsiderar o que plantam e promovem. A questão é relevante em zonas como Abruzzo, onde Montepulciano d’Abruzzo continua a ser uma importante categoria de vinho tinto, e Marche, onde Verdicchio é uma das principais denominações de vinho branco e tem registado recentemente melhores dados de engarrafamento.

A questão mais ampla é que stocks elevados nas adegas não significam automaticamente que o vinho não tenha sido vendido. Parte das existências corresponde aos ciclos normais de envelhecimento e de colocação no mercado. A pressão aumenta quando as vendas abrandam e o capital dos produtores permanece imobilizado durante mais tempo do que o previsto. Neste contexto, reduzir os rendimentos comercializáveis poderá ajudar a gerir a oferta a curto prazo, mas os grupos do setor também assinalam que a promoção, o acesso aos mercados de exportação e um maior alinhamento entre a produção e a procura dos consumidores continuarão a ser fundamentais para as perspetivas do setor.